

**Acta nº 19 - Reunião extraordinária  
da Câmara Municipal de Pombal,  
celebrada em dezasseis de Junho de  
mil novecentos e noventa e oito.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Aos dezasseis dias do mês de Junho de mil novecentos e noventa e oito, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, pelas dez horas, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, estando presentes, além do Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores Dra. Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro, Luís Diogo de Paiva Morão Alves Mateus, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos Silva e Dr. Carlos José Martins Pires Lopes, comigo Maria Albina Junqueira dos Santos Lopes, Chefe de Secção.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Depois do Senhor Presidente ter declarado aberta a reunião, foram tratados os seguintes assuntos:\_\_\_\_\_

**Faltas dos membros da Câmara.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificadas as faltas dos Vereadores Senhores Dr. João Manuel Carreira da Conceição Coucelo e Dr. Joaquim António dos Santos Guardado.\_\_\_\_\_

**Resumo Diário da Tesouraria.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara tomou conhecimento do seguinte Resumo Diário da Tesouraria relativo ao dia quinze de Junho, corrente:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Da conta do Município, que apresenta um saldo em dinheiro de cento e setenta e cinco milhões trezentos e oitenta e um mil quatrocentos e treze escudos e cinquenta centavos;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Da conta de Operações de Tesouraria, que apresenta um saldo em dinheiro de cinquenta milhões seiscentos e cinquenta mil duzentos e quarenta e três escudos e cinquenta centavos.\_\_\_\_\_

**Pagamentos efectuados entre os dias vinte e nove de Maio e quinze de Junho, corrente.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foram feitos: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ Pagamentos/Operações Orçamentais no valor de 78.702.161\$00 \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ Pagamentos/Operações de Tesouraria no valor de 302.813\$00 \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ A Câmara ficou inteirada. \_\_\_\_\_

**Comunicação de actos praticados no uso de delegação e subdelegação de competências.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara foi informada pelo Senhor Presidente de que entre vinte e nove de Maio e quinze de Junho, corrente, inclusivé, foram praticados actos de acordo com as relações que se anexam e dão como reproduzidas, respeitantes a: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 85 licenças de obras; \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ 27 licenças para destruição de revestimento vegetal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara ficou inteirada. \_\_\_\_\_

**Beneficiação e Reparação do Edifício Escolar da Guia - Procº nº 07/98 - Adjudicação.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião uma informação da Divisão de Obras Públicas, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”1 - Ao convite para adjudicação por concurso limitado da obra mencionada em epígrafe, mandado elaborar por deliberação da Câmara Municipal de 8 de Maio do corrente ano, foram presentes as seguintes propostas: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1.1 - Da Firma Surbeobra, Sociedade de Urbanizações e Obras, Lda., com sede nesta Cidade de Pombal, na Av. Heróis do Ultramar, 10 - 1º, com a proposta no valor de 21.546.561\$00, mais IVA e com o prazo de execução de 75 dias;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1.2 - Da Firma Leirislina - Sociedade de Construções, Lda., com sede no Barracão - Leiria, com a proposta no valor de 18.000.001\$00, mais IVA (valor corrigido de acordo com a lista de preços unitários, segundo o nº 2 do artº 76º, do Decreto-Lei 405/93, de 10 de Dezembro, devido a arredondamentos) e com o prazo de execução \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 75 dias;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1.3 - Da Firma Rodrigues, Irmãos, Lda., com sede em Lameiros - Vila Cã - Pombal, com a proposta no valor de 24.449.655\$50, mais IVA (valor corrigido de acordo com a lista de preços unitários, segundo o nº 2 do artº 76º, do Decreto-Lei 405/93, de 10 de Dezembro, devido a arredondamentos) e com o prazo de execução de 75 dias;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1.4 - Da Firma Construções Manuel & Lino, Lda., com sede em Vale da Cruz - Carnide - Pombal, com a proposta no valor de 16.800.000\$00, mais IVA e com o prazo \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ execução \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 75 dias.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2 - Considerando a análise feita, propõe esta Divisão de Obras Públicas a adjudicação à Firma Construções Manuel & Lino, Lda., com sede em Vale da Cruz - Carnide, com a proposta no valor de 16.800.000\$00, mais IVA e com o prazo de execução de 75 dias, por ser a Firma que mais baixo preço apresenta, de acordo com o artº 118º do Decreto-Lei 405/93, de 10 de Dezembro.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade adjudicar a obra mencionada em epígrafe à Firma Construções Manuel & Lino, Lda., com sede em Vale da Cruz, freguesia de Carnide, deste Concelho, pelo preço de 16.800.000\$00, mais IVA, valor da sua proposta.\_\_\_\_\_

**Arranjos Urbanísticos (Escadaria  
Mirante da Escola B 123) - Procº nº  
9/96 - Recepção provisória.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Em face do auto de recepção provisória da obra mencionada em epígrafe, a Câmara deliberou, por unanimidade, receber a obra provisoriamente.\_\_\_\_\_

Acta nº 19 de 98.06.16

**Pesquisa, Captação e Distribuição de  
Água para Abastecimento de Diversos  
Aglomerados Populacionais (Montes de  
Vérigo, na Freguesia da Pelariga) -  
Procº. nº. 50/97 - Recepção provisória.\_**

\_\_\_\_\_Em face do auto de recepção provisória da obra mencionada em epígrafe, a Câmara deliberou, por unanimidade, receber a obra provisoriamente.\_\_\_\_\_

**Pesquisa, Captação e Distribuição de  
Água para Abastecimento de Diversos  
Aglomerados Populacionais (Carrapia  
na Freguesia de Abiul) - Procº. nº. 51/97  
-  
Recepção  
provisória.\_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_Em face do auto de recepção provisória da obra mencionada em epígrafe, a Câmara deliberou, por unanimidade, receber a obra provisoriamente.\_\_\_\_\_

**Colocação de Tubos de Betão para  
Travessia do Rio Vergado no lugar de  
Carvalhal - S. Simão de Litém.\_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião uma informação da Divisão de Obras Públicas, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”1 - Para os devidos efeitos, informamos que, de acordo com o

despacho exarado por V. Ex<sup>a</sup>. na ficha de atendimento a munícipes, datada de 11.08.97, que se apensa, relativa ao assunto mencionado em epígrafe, se procedeu à consulta de quatro Firmas, com recurso ao ajuste directo, para fornecimento da tubagem necessária à travessia do Rio Vergado. O fornecimento foi adjudicado à Firma SIROLIS.\_\_\_\_\_

Acta nº 19 de 98.06.16

\_\_\_\_\_2 - Considerando, ainda o mesmo despacho, solicitou-se à Firma JOPONTE que efectuasse os trabalhos referentes à colocação da tubagem. Os trabalhos em causa já foram executados.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3 - Pelo exposto solicitamos a V. Ex<sup>a</sup>. que delibere no sentido de autorizar o pagamento da factura que se anexa, respeitante à colocação da tubagem, no valor total de 582.655\$00 (com IVA incluído a 17%).”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar o pagamento da factura respeitante à colocação da tubagem, no valor de 582.655\$00.\_\_\_\_\_

**Minuta de contrato.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do contrato da empreitada de “Estudo de Prevenção dos Incêndios Florestais no Concelho de Pombal”.\_

**Abastecimento de Água ao Sector 3 - Santiago de Litém (3<sup>a</sup>. Fase) - Procº. nº. 60/95.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião uma informação da Divisão de Obras Públicas, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”1 - Para levar a efeito a construção do reservatório R7 da obra mencionada em epígrafe, houve necessidade de ocupar uma parcela de terreno pertencente a Manuel da Costa, residente em Rua da Travessa da Escola - Seixieira - Santiago de Litém.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2 - Nesta sequência e à semelhança de anteriores procedimentos, foi proposto ao proprietário a isenção de pagamento de ramal, em compensação da parcela cedida. \_\_\_\_\_

Acta nº 19 de 98.06.16

\_\_\_\_\_ 3 - Assim, solicita-se a V. Ex<sup>a</sup>. que autorize esta proposta e que informe a Divisão de Águas e Saneamento para que proceda à elaboração do contrato de fornecimento necessário para a colocação do respectivo contador.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar o Senhor Manuel Costa, residente na Rua da Travessa da Escola - Seixieira, freguesia de Santiago de Litém, do pagamento respeitante ao ramal de ligação de água à sua habitação, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Públicas. \_\_\_\_\_

**Parque Industrial Manuel da Mota -  
Venda do Lote 1-  
B. \_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião uma informação do Gabinete Jurídico e Contencioso, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”Na sequência da deliberação de reversão para o domínio privado da Câmara Municipal de Pombal do lote de terreno destinado a construção urbana com a área de 5.580m<sup>2</sup>, designado pelo Lote nº 1-B do Parque Industrial Manuel da Mota, omissa à matriz predial e descrito na Conservatória do registo Predial de Pombal sob a descrição nº 09348 da freguesia de Pombal; que em 18 de Dezembro de 1996, a Câmara Municipal vendera à Firma LOPMACO - Fabrico de Móveis, Ld<sup>a</sup>., com sede no lote nº 1-B do Parque Industrial Manuel da Mota em Pombal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ E considerando que a Firma ICOMATRO - Madeiras do Centro, Ld<sup>a</sup>, com sede no Parque Industrial Manuel da Mota, apresentou carta de intenções para instalação de uma unidade industrial não poluente, destinada a serração e armazenagem de madeiras exóticas, no referido lote de terreno, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ proponho a V. Ex<sup>a</sup>. o seguinte: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a) Que pelo preço de 1.500\$00 o m<sup>2</sup>, a Câmara delibere vender o Lote nº 1-B do Loteamento denominado Parque Industrial Manuel da Mota à Firma ICOMATRO - Madeiras do Centro, Ld<sup>a</sup>. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Que a venda seja efectuada nos termos e condições previstas no

regulamento do Parque do Parque Industrial Manuel da Mota.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Que, caso esta proposta seja aprovada, o seja por minuta, para que produza efeitos imediatos.\_\_\_\_\_

Acta nº 19 de 98.06.16

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, vender o referido lote à Firma ICOMATRO - Madeiras do Centro, Ld<sup>a</sup>., nos termos e nas condições constantes da informação do Gabinete Jurídico e Contencioso.\_\_\_\_\_

### **Parque Industrial Manuel da Mota - Venda do Lote 1-A.\_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião uma informação do Gabinete Jurídico e Contencioso, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”A Câmara Municipal de Pombal na sua deliberação de 22/05/1998, deliberou vender o lote nº 1-A do Parque Industrial Manuel da Mota à ICOMATRO - Madeiras e Derivados, S.A., com sede em Pinhal das Areias - Apartado 84 - Torre da Marinha - 2842 Seixal.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Sucede, porém que: a designação da Empresa é ICOMATRO - Madeiras do Centro, Ld<sup>a</sup>.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Razão porque,\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Proponho a V. Ex<sup>a</sup>. o seguinte:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Que, a Câmara delibere aditar à deliberação de 22/05/1998 que: delibera vender o lote nº 1-A do Loteamento denominado Parque Industrial Manuel da Mota à Firma ICOMATRO - Madeiras do centro, Ld<sup>a</sup>., com sede no Lote nº 1-A do Parque Industrial Manuel da Mota, em Pombal.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Que, caso esta proposta seja aprovada, o seja por minuta, para que produza efeitos imediatos.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder de harmonia com a informação do Gabinete Jurídico e Contencioso.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Nesta altura ausentou-se da sala de reuniões o Senhor Presidente da Câmara, tendo assumido a Presidência a Vereadora Senhora Dra. Maria Ofélia Moleiro.\_

Acta nº 19 de 98.06.16

**Pessoal/Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de Técnico Superior (Serviço Social - Especialidade em Gestão de Recursos Humanos) estagiário - Reclamação.\_\_**

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião uma reclamação relativa ao concurso em epígrafe, \_\_\_\_\_ que \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_ seguir \_\_\_\_\_ se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ "Exmº Senhor \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ Presidente do Júri do Concurso Externo de Ingresso para o provimento de um lugar de Técnico Superior (Serviço Social - Especialidade em Recursos Humanos), publicado em D.R. nº 38/98, de 14 de Fevereiro, III Série, \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ Engº Narciso Ferreira Mota \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ Câmara \_\_\_\_\_ Municipal \_\_\_\_\_ de Pombal \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ 3100 Pombal \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Assunto: Reclamação relativa à decisão da exclusão ao Concurso Externo de Ingresso para o provimento de um lugar de Técnico Superior (Serviço Social - Especialidade em Recursos Humanos), publicado em D.R. nº 38/98, de 15 de Fevereiro, III Série. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Tendo tomado conhecimento da lista de candidatos admitidos e excluídos ao concurso supra referenciado, através do ofício da Câmara Municipal de Pombal nº 98/SP datado de 18 de Maio de 1998, venho por este meio proceder ao recurso da decisão proferida, conforme possibilidade que me é conferida pelo artº 24º nº 3 do D.L. 498/88, de 30 de Dezembro. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Aspectos em que baseio o recurso desta decisão:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_É fundamentada a exclusão da candidatura que apresentei na não observância do requisito exigido no Ponto 8.2 do aviso de abertura do concurso. Ora o Ponto 8.2 do referido aviso diz “Requisitos Especiais - Licenciatura adequada (Serviço Social - Especialidade em Gestão de Recursos Humanos), a que se refere a Portaria nº 692/93, de 22 de Julho”.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Depreendo, assim, estarem cumpridos todos os restantes requisitos de admissão a concurso.\_\_\_\_\_

Acta nº 19 de 98.06.16

\_\_\_\_\_O requisito referido como 8.2 padece, em minha opinião, de algumas fragilidades, desde logo, parece-me ser impossível existir, em Portugal, uma Licenciatura em Serviço Social que confira grau de especialidade em qualquer área. Pesquisa por mim realizada junto das diferentes Instituições que conferem a referida Licenciatura (Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, criado pela Portaria nº 793/89, de 8 de Setembro, Instituto Superior de Serviço Social do Porto, criado pela Portaria nº 797/89, de 9 de Setembro e Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra, criado pela Portaria nº 15/90, de 9 de Janeiro) confirmou que o Grau de académico conferido pelo Curso Superior de Serviço Social é o de Licenciatura em Serviço Social. Pode-se considerar, assim, que a referência inscrita no Ponto 8.2 à Portaria 692/93, de 22 de Julho viola gravemente alguns princípios gerais no acesso a cargos na Administração Pública. Desde logo porque se refere só ao Curso do Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra, excluindo, assim, todos os eventuais concorrentes com Licenciatura de outras Escolas. O princípio geral em causa é o referido na alínea b) do nº 1 do artº 5º do D.L. 498/88, de 30 de Dezembro, onde se exige: “... Os Processos de Recrutamento e Selecção de Pessoal obedecem aos seguintes princípios... b) Igualdade de condições e oportunidade para todos os candidatos.” Veja-se ainda o que diz a Constituição da República Portuguesa acerca desta matéria... Além do mais o que a referida Portaria (692/93 de 22 de Julho) trata é da alteração do Plano de Estudos aprovado pela Portaria 15/90, de 9 de Janeiro, introduzindo aquilo a que chama “Ramos de Especialidade”, não especialidade, sem qualquer interferência sobre o grau académico conferido, que continua, assim, a ser apenas Licenciatura em Serviço Social.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Parece-nos assim que a inclusão neste concurso de semelhante requisito e com tais fundamentos é ilegal e injusto, na medida em que trata de modo desigual candidatos com o mesmo grau académico - Técnico Superior em Serviço Social, ao qual subjaz ainda um juízo de valor sobre as escolas que formam estes técnicos, facto que sendo do conhecimento destas não deixará de ser fortemente polémico.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Termino solicitando a V. Exª. Sr. Presidente, que dê provimento ao recurso ora apresentado, anulando o presente concurso e mantendo e reforçando a sua

tarefa e imagem de gestor público orientado por princípios de legalidade, transparência, igualdade de oportunidades, respeito pelas Instituições Democráticas e Técnicos. Certa da melhor atenção de V. Ex<sup>a</sup>. a esta reclamação, aguardo decisão sobre esta matéria.”\_\_

\_\_\_\_\_ Junto encontra-se uma informação da Secção de Pessoal, que também se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Assunto: Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de Técnico Superior (Serviço Social - Especialidade em Gestão de Recursos Humanos) estagiário - Reclamação.\_\_\_\_\_

#### Acta nº 19 de 98.06.16

\_\_\_\_\_A reclamação apresentada, apensa à presente informação, está dirigida ao Presidente do Júri do Concurso, o qual, salvo melhor opinião, está impedido de se pronunciar face ao teor do nº 3 do artº 24º do Decreto-Lei nº 498/88, de 30 de Dezembro, com a redacção do Decreto-Lei nº 215/95, de 22 de Agosto.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De acordo com o disposto pelo nº 1 do artº 9º do Decreto-Lei nº 52/91, de 25 de Janeiro, a entidade a quem deve ser dirigido o recurso é à Câmara Municipal, a qual, nessa circunstância, deverá decidir do recurso no prazo de 8 dias úteis, de acordo com o nº 6 do referido artº 24º.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A candidata excluída poderia ter apresentado recurso da sua exclusão da lista de candidatos admitidos e excluídos a concurso, ao abrigo do nº 3 do artº 24º do Decreto-Lei nº 498/88, de 30 de Dezembro, acima referido, mas não o fez.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Ou seja, a concorrente excluída não reclamou a sua admissão ao concurso, mas sim a anulação do próprio concurso, reconhecendo implicitamente que não possui as habilitações para o lugar a prover, exigidas no concurso.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Por outro lado, na deliberação autorizadora da abertura do concurso e no respectivo aviso de abertura esta Câmara Municipal cumpriu rigorosamente com o disposto pelos nºs. 1 e 2 do artº 2º do Decreto-Lei nº 233/94, de 15 de Setembro, que a seguir se transcrevem:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Artº 2º \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1 - Compete aos dirigentes máximos dos serviços e organismos públicos no despacho de autorização de abertura do concurso para admissão a estágio para lugares de ingresso nas carreiras técnica superior e técnica, especificar as áreas de formação consideradas adequadas ao exercício das funções correspondentes aos lugares a prover.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2 - A especificação referida no número anterior deve constar do aviso

de abertura do concurso  
respectivo.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Assim aconteceu, conforme comprovam documentos constantes no  
respectivo processo de concurso. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Nesta conformidade não é de atender à reclamação acima referida  
dando-se disso conhecimento à reclamante.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a informação  
acima transcrita. \_\_\_\_\_

Acta nº 19 de 98.06.16

**Pessoal/Concurso Externo de ingresso  
para provimento de dois lugares de  
Chefe de Repartição - Recurso  
Hierárquico  
Necessário.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião o Recurso Hierárquico Necessário relativo ao  
concurso mencionado em epígrafe, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”Exm<sup>a</sup>. Câmara Municipal de Pombal: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Assunto: Concurso externo de ingresso para provimento de dois lugares  
de chefe de repartição. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Célia do Rosário Neto Marques, notificada da sua exclusão ao concurso  
em referência, nos termos do artº 24º, nº 4 do D.L. 498/88, de 30.12 com as alterações  
do D.L. 215/95 de 22.8. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Vem apresentar \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ RECURSO HIERÁRQUICO NECESSÁRIO \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Com os seguintes fundamentos: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. Foi a recorrente excluída da lista de candidatos admitidos ao  
concurso, com fundamento em que “A experiência profissional alegada pela candidata  
não se reporta à Administração Pública, não constituindo assim, “...adequada  
experiência profissional...”, cfr. prevê a alínea b), do nº. 2 do artº 8º do D.L. 265/88 de  
28.07”. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. Ora, o normativo citado refere apenas “...adequada experiência profissional...”, não impondo que teria que ser reportada à Administração Pública. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 3. Nem o poderia impor, pois que assim o concurso não era externo, e ficaria limitado tão só a quem possuísse experiência de desempenho profissional na Administração Pública. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4. É evidente que não foi essa a intenção do legislador, que apenas exigiu a posse de “...adequada experiência profissional...”. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 5. E a recorrente provou no seu C.V. possuir adequada experiência profissional, como lhe era exigida. \_\_\_\_\_

Acta nº 19 de 98.06.16

\_\_\_\_\_ 6. Registe-se ainda a falta de audição dos interessados imposta a todos os procedimentos pelo artº 100º do CPA, cuja obrigatoriedade foi reforçada relativamente aos concursos de pessoal com as alterações do D.L. 215/95 de 22.08 ao D.L. 498/88 de 30.12. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Termos em que \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ requer a sua inclusão na lista de candidatos ao concurso, como é de pleno direito.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Junto encontra-se uma informação da Secção de Pessoal, que também se  
transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Assunto: Concurso Externo de Ingresso para Provimento de dois lugares de Chefe de Repartição. Recurso Hierárquico Necessário. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O júri do concurso, responsável por todas as operações do concurso, de acordo com o nº 1 do artº 10º do Decreto-Lei nº 498/88, de 30 de Dezembro, decidiu não admitir a candidata recorrente considerando que “a experiência profissional alegada pela candidata não se reporta à Administração Pública, não constituindo assim, “...adequada experiência profissional...”, cfr. prevê a alínea b), do nº 2 do artº 8º, do Decreto-Lei nº 265/88, de 28 de Julho.” o que, no seu critério, significou a não posse da adequada experiência profissional. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A questão suscitada no recurso, de que não houve lugar à audiência prévia, \_\_\_\_\_ merece  
ponderação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Nesta conformidade, será da Câmara deliberar encarregar o júri do concurso dar sem efeito a publicação do aviso e afixação da lista de candidatos admitidos e excluídos, e proceder à audiência de todos os candidatos sobre a intenção da sua admissão ou exclusão nos termos do estabelecido pelos artºs. 100º a 105º do CPA, concedendo-lhes o prazo de 10 dias para se pronunciarem, por escrito, sobre o sentido

da decisão a tomar, após o que deverá o júri diligenciar, de novo, a elaboração da lista de candidatos admitidos e excluídos e respectiva publicação para prosseguimento das restantes operações do concurso.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a informação acima transcrita. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Nesta altura regressou à sala o Senhor Presidente da Câmara, que reassumiu a Presidência. \_\_\_\_\_

Acta nº 19 de 98.06.16

**Loteamento Urbano da Câmara  
Municipal de Pombal, sito em Quinta  
da  
Gramela/Alteração.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião uma informação da Divisão de Urbanismo, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Assunto: Alteração ao Alvará de Loteamento nº. 4/90. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Requerente: Câmara Municipal de  
Pombal \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Local do Loteamento: Quinta da Gramela - Pombal \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Número da Matriz Predial Rústica: 35163 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Número da descrição na Conservatória do Registo Predial:  
2203/Pombal \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Confrontações: Norte: Quinta da Gramela \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Sul: Vários \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Nascente: Quinta da Gramela \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Poente: Estrada Nacional nº. 237 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Área do prédio a lotear - 825.750 m2 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Área total dos lotes - 490.423 m2\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Número de lotes alterados - 1\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Número total de lotes - 39\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_I - DESCRIÇÃO DAS ALTERAÇÕES\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A alteração ao alvará de loteamento nº. 4/90, consiste na sub-divisão do lote 15, de modo a constituírem-se dois lotes: lote 15-A e o lote 15-B.\_\_\_\_\_

Acta nº 19 de 98.06.16

\_\_\_\_\_II - CARACTERIZAÇÃO DOS LOTES\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Os lotes 15-A e 15-B, passam a ter as seguintes características:\_\_\_\_\_

NÚMEROS				ÁREAS							FOGOS	CÉRCEA		VOL.
LOTE	COTA DE SOLEIRA	PISOS		LOTE	IMPL.	CONSTRUÇÃO						AC.º COTA SOLEIRA	AB.º COTA SOLEIRA	(M3)
		AC.º COTA SOLEIRA	AB.º COTA SOLEIRA			HAB.	COM.	IND.	EST.	TOTAL				
15 A		2		8.687	4.000			8.000		8.000		7		28.000
15 B		2		8.688	4.000			8.000		8.000		7		28.000

\_\_\_\_\_III - APRECIÇÃO\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A apreciação do presente processo é feita no âmbito do Regulamento do PDM de Pombal, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº. 160/95, publicada no D.R. I Série-B, nº. 279, de 4 de Dezembro de 1995.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_D acordo com o Plano Director Municipal de Pombal, o local para onde é apresentada a alteração ao loteamento situa-se em “Espaço Industrial”, com os parâmetros definidos no artº. 22º. do Regulamento.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_IV - CONCLUSÃO\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O processo de loteamento a que se referem os elementos acima referidos merece parecer favorável da Divisão de Urbanismo.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao alvará de loteamento nº. 4/90, de harmonia com a informação da Divisão de Urbanismo. \_\_\_\_\_

**Loteamento Urbano de Irmãos Mota,  
Ld<sup>a</sup>, sito em Flandes - Pombal. \_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião um requerimento da Firma Irmãos Mota, Ld<sup>a</sup>., com sede na Rua Alexandre Herculano, nesta Cidade, proprietária da Urbanização sita em Flandes - Pombal, a que se refere o alvará de loteamento nº 2/97, em que requer a substituição da hipoteca dos lotes nºs. 9 e 11 pela apresentação de uma garantia bancária, no valor de 20.000.000\$00. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Junto encontra-se uma informação da Divisão de Urbanismo, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Assunto: Alvará de loteamento nº 2/97 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Reqtº nº 2.612, de 14 de Maio de 1998 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Requerente: Irmãos Mota, Lda. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Local: Flandres - Pombal \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Encontrando-se as obras de urbanização quase concluídas, não se vê inconveniente na substituição da hipoteca dos lotes nºs. 9 e 11, pela apresentação de garantia bancária, no valor de 20.000.000\$00 (vinte milhões de escudos).” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar a substituição da hipoteca por garantia bancária, de harmonia com a informação da Divisão de Urbanismo. \_\_\_\_\_

**Pedido de ampliação de um  
estabelecimento industrial de uma  
pedreira, sita em  
Roussa. \_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião uma informação dos Serviços, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Assunto: Pedreira nº 5703 denominada “Roussa”, localizada no lugar de Roussa, Freguesia de Pombal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Explorador: José Aldeia Lagoa & Filhos, Lda. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Visitei o local da pedreira “Roussa” no dia 16 de Abril de 1998, de manhã. Verifiquei que as águas pluviais que se acumulam dentro do barreiro, estavam a ser bombeadas directamente para uma superfície que conduzia à via pública, sem previamente passarem por um filtro, ou serem acumuladas num tanque de decantação para bombagem posterior. Verifiquei também que a água chega à estrada através de uma pequena valeta de cimento, que tem uma secção muito reduzida, para a quantidade de água que é bombeada, principalmente nos dias chuvosos, o que faz com que parte dela venha logo para a estrada e outra parte chegue mais tarde à valeta municipal, com mais materiais arrastados e em suspensão, uma vez que na entrada da pedreira não existe nem limpeza, nem resguardo do material que sofre tratamento posterior à exploração e que aí perto se acumula. Isto implica que haja sempre algum material à entrada da pedreira e junto à via pública. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Não vi nenhum local para lavagem das rodas dos camiões de transporte antes destes entrarem nesta via municipal.\_\_\_\_\_

Acta nº 19 de 98.06.16

\_\_\_\_\_Todos estes factos conduzem à opinião de que a Firma José Aldeia Lagoa & Filhos, Ld<sup>a</sup>., deve criar infraestruturas necessárias e urgentes de modo a diminuir os impactos negativos que este estabelecimento de pedreira tem causado na via pública, como por exemplo a obstrução do aqueduto e a degradação deste via.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Conforme consta no processo a Firma já foi notificada para construir um tanque de retenção de areias, o que até à data ainda não executou.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_É de extrema necessidade para os utentes daquela via pública que o problema seja resolvido em definitivo, para que as situações que se verificaram até aqui, não \_\_\_\_\_ voltem \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_ repetir-se.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Firma José Aldeia Lagoa & Filhos, Ld<sup>a</sup>., é responsável, juntamente com o responsável técnico da exploração, pela diminuição dos “impactos negativos” da pedreira, de modo a haver a “preservação de bens que possam ser afectados pela exploração”, de acordo com o artigo 37º do D.L. 89/90 de 16 de Março.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A firma em causa tem obrigação de construir as infraestruturas necessárias, para que a água proveniente da exploração não chegue à valeta daquela via municipal com areia e outras partículas em suspensão. A água deve ser conduzida a um tanque de decantação antes de ser bombeada para uma pequena valeta de cimento que existe nas instalações e que necessita também de um aumento de secção, para que no seu escoamento a água não caminhe pela estrada, mas atinja directamente a valeta pública.\_\_\_\_

\_\_\_\_\_É também da competência desta firma evitar que qualquer material proveniente da exploração ou posteriormente tratado, venha para a via pública. É da sua responsabilidade e obrigação fazer a lavagem das rodas das viaturas transportadoras do material proveniente do estabelecimento de pedreira, antes de entrarem naquela estrada municipal.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Uma vez que o industrial responsável pela firma já foi contactado por parte desta Câmara Municipal, com vista à realização das infraestruturas necessárias, à diminuição do impacto negativo para a via pública da exploração em causa, e se mostra relutante ao seu cumprimento é da minha opinião que seja pedida uma vistoria sobre as condições de laboração da pedreira “Roussa” ao Ministério da Economia, de acordo com a alínea a) do nº. 2 do artigo 48º do D.L 89/90 de 16 de Março, e outra vistoria à Delegação Regional do Ministério do Ambiente em Coimbra.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A firma José Aldeia Lagoa & Filhos, Ld<sup>a</sup>., veio também solicitar à

Câmara Municipal o parecer sobre o reconhecimento da ampliação do estabelecimento industrial da pedreira “Roussa”, como instalação de apoio e complementar da actividade do espaço mineiro, de acordo com o disposto no nº. 1, do artigo 34º do Regulamento do PDM de Pombal. \_\_\_\_\_

Acta nº 19 de 98.06.16

\_\_\_\_\_A Câmara Municipal deve emitir parecer desfavorável sobre o reconhecimento em causa. Contudo, este parecer pode ser revisto depois da realização nesse estabelecimento de pedreira das infraestruturas necessárias e convenientes para a eliminação do impacto negativo, que esta exploração, está a causar na via pública.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar o requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de trinta dias para dizer por escrito o que se lhe oferecer. \_\_\_\_\_

### **Licenciamento de Obra Particular/ Aprovação de Arquitectura.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o seguinte projecto de arquitectura, de harmonia com as informações da Divisão de Obras Particulares:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De António Matias, residente no lugar de Chã, freguesia de Almagreira, deste concelho, em que solicita a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à construção de um imóvel destinado a armazém, no lugar de Ribeira de Santo Amaro, freguesia do Louriçal, deste concelho, a que se refere o processo de obras nº. 750/RC/97. \_\_\_\_\_

### **Licenciamento de Obras Particulares/ Concessão de Licença.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o seguinte requerimento, de harmonia com as informações da Divisão de Obras Particulares:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De Manuel de Albuquerque Pereira, residente no lugar de Fonte Nova, freguesia e concelho de Pombal, em que solicita licença para proceder à construção de um telheiro, destinado a arrumos, no referido lugar, a que se refere o processo de obras nº. 569/RC/98. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De Carlos Manuel Oliveira Bicho, residente no lugar de Caxaria, freguesia do Carriço, deste concelho, em que solicita licença para proceder à construção de um edifício, destinado a habitação e comércio, no lugar de Marinha da Guia, da referida freguesia, a que se refere o processo de obras nº. 65/RC/98. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De Manuel Simões Contente, residente no lugar de Tinto, freguesia da Pelariga, deste concelho, em que solicita licença para proceder à construção de um imóvel, destinado a armazém, no lugar da Mansa, freguesia da Redinha, a que se refere o processo de obras nº. 1791/RC/95.\_\_\_\_\_

Acta nº 19 de 98.06.16

\_\_\_\_\_De David da Silva Mendes, residente no lugar de Caseirinhos, freguesia e concelho de Pombal, em que solicita licença para proceder à construção de uma moradia unifamiliar, no referido lugar, a que se refere o processo de obras nº. 1658/RC/97.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De Amílcar Luz Henriques, residente no lugar de Emporão, freguesia e concelho de Pombal, em que solicita licença para proceder à construção de um muro de vedação para parque de estacionamento, no referido lugar, a que se refere o processo de obras nº. 728/RC/98.\_\_\_\_\_

### **Pedido de Inscrição de um Técnico.\_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião, um requerimento em nome de Hilário Manuel Marques Rodrigues, residente no lugar de Cartaria, freguesia de Albergaria dos Doze, deste concelho, Engº. Técnico, em que solicita a sua inscrição como técnico para assinar projectos e dirigir obras, na área deste Município.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade deferir o pedido.\_\_\_\_\_

### **Pedidos de Informação Prévia.\_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_1. Foi presente à reunião um requerimento de Gil Silva Santos, residente no lugar de Casal da Clara, freguesia da Guia, deste concelho, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de uma suinicultura, no lugar de Carvalheira, freguesia da Ilha, deste concelho. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”O presente pedido de informação prévia a que se referem os elementos apresentados e de acordo com o PDM em vigor situa-se em “Espaço Agro-Florestal”, tendo merecido pareceres favoráveis do Centro de Saúde de Pombal em conjunto com o veterinário Municipal – ofício 271/98 de 25/5/98 e da Direcção Regional do Ambiente do Centro – ofício 2016 de 12/3/98, que deverão ser transmitidos ao requerente podendo considerar-se viável uma edificação que cumpra com o artigo 40 do PDM.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade considerar viável o pedido de harmonia com a informação da Divisão de Obras Particulares, acima transcrita.\_\_\_\_\_

Acta nº 19 de 98.06.16

\_\_\_\_\_2. Foi presente à reunião um requerimento de Célio Manuel Mendes Estevão, residente no lugar de Vieirinhos, freguesia do Carriço, deste concelho, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar, no lugar de Torneira, freguesia do Louriçal, deste concelho. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Pelos elementos apresentados e de acordo com o PDM em vigor o local insere-se em “Espaço Urbano”, podendo considerar-se viável a construção pretendida, desde que cumpra com o D.L 143/82 de 26/4 e aquando da apresentação do projecto de arquitectura o mesmo seja acompanhado com parecer favorável do Instituto Português de Cartografia e Cadastro, dado a servidão do marco geodésico próximo”.\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade considerar viável o pedido de harmonia com a informação da Divisão de Obras Particulares, acima transcrita.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3. Foi presente à reunião um requerimento de Bruno Manuel Gonçalves Torrado, residente no lugar de Castelhanas, freguesia do Louriçal, deste concelho, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar, no referido lugar. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Poderá considerar-se viável a construção pretendida dado que o local se encontra definido como “Espaço Urbano” no PDM em vigor”.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade considerar viável o pedido de harmonia com a informação da Divisão de Obras Particulares, acima transcrita.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_4. Foi presente à reunião um requerimento de António Manuel Justo Domingues, residente e sede de freguesia de Almagreira, deste concelho, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar, no lugar do Paço, da referida freguesia. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Pelos elementos apresentados e de acordo com o PDM em vigor o local a que se refere o presente pedido situa-se em “Espaço Agrícola – RAN” e em REN, pelo que será de indeferir o respectivo pedido com base no artigo 63.1.a) e c) do D.L. 445/91 de 20/11.” \_\_\_\_\_

Acta nº 19 de 98.06.16

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar o requerente da intenção de indeferimento, e conceder-lhe o prazo de dez dias para dizer por escrito o que se lhe oferecer. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_5. Foi presente à reunião um requerimento de Lucídio de Oliveira Fernandes, residente no lugar de Alhais, freguesia de Carriço, deste concelho, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar, no referido lugar. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Pelos elementos apresentados e de acordo com o PDM em vigor o local a que se refere o presente pedido encontra-se inserido na REN, pelo que será de indeferir o mesmo pedido com base no artigo 63.1.a) e c) do D.L. 445/91 de 20/11.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar o requerente da intenção de indeferimento, e conceder-lhe o prazo de dez dias para dizer por escrito o que se lhe oferecer. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_6. Foi de novo presente à reunião um requerimento de Manuel Gonçalves Oliveira e Piedade da Silva, residentes no lugar de Outeiro Galegas, freguesia e concelho de Pombal, em que solicitam informação sobre a viabilidade de construção de um edifício destinado a habitação e comércio, no Largo de S. Sebastião, nesta cidade, tendo a Câmara deliberado na reunião de 13 de Fevereiro, último, notificar os requerentes da intenção de indeferimento e conceder-lhes o prazo de dez dias, para dizerem por escrito o que se lhes oferecesse, o que não fizeram. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto encontra-se uma informação da Divisão de Urbanismo, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”A Câmara Municipal em reunião realizada no dia 13 de Fevereiro de 1998 deliberou, por unanimidade, notificar o requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de dez dias para dizer, por escrito, o que se lhe oferecer. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Durante o prazo concedido não foi apresentado qualquer requerimento.

\_\_\_\_\_Assim, sugere-se que a Câmara delibere o indeferimento do pedido com base nas alíneas a) e b) do nº 1 e do nº 2 do Decreto-Lei nº 445/91, de 20 de Novembro,

com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº 250/94, de 15 de Outubro.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido, de harmonia com a informação da Divisão de Urbanismo. \_\_\_\_\_

Acta nº 19 de 98.06.16

\_\_\_\_\_7. Foi de novo presente à reunião um requerimento de António Pereira dos Santos Moderno, residente no lugar de Mendes, freguesia e concelho de Pombal, em que solicita informação sobre a viabilidade de ampliação e restauração da sua casa de habitação e comércio, no referido lugar, tendo a Câmara deliberado na reunião de 07 de Abril, último, notificar o requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de dez dias, para dizer por escrito o que se lhe oferecesse, tendo o mesmo apresentado uma exposição em que solicita a reapreciação do pedido. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Mantém-se a informação prestada anteriormente, entendendo-se que a construção pretendida deverá ficar implantada cumprindo com o afastamento regulamentar, que neste caso será de 4,50m ao eixo do arruamento. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Contudo deixa-se o assunto à consideração superior.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara, em face da informação da Divisão de Obras Particulares, deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_8. Foi de novo presente à reunião um requerimento de Margarida Maria dos Santos Carreira, residente no lugar de Cabeço, freguesia do Carriço, deste Concelho, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar, no lugar de Caxaria, da referida freguesia, tendo a Câmara deliberado na reunião de 17 de Abril, último, notificar a requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de dez dias, para dizer por escrito o que se lhe oferecesse, o que não fez. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Será de manter a informação prestada anteriormente, devendo o requerente estar atento a uma próxima revisão do PDM por forma a que a sua pretensão possa ser atendida. Assim será de indeferir o pedido com base no artigo 63.1.a) e c) do D.L 445/91 de 20/11.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara, em face da informação da Divisão de Obras Particulares, deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido. \_\_\_\_\_

**Apoio a Freguesias.** \_\_\_\_\_

**Junta de Freguesia de Vila Cã.**

Foi presente à reunião um ofício da Junta de Freguesia de Vila Cã, em que solicita apoio destinado a fazer face às despesas com o transporte de tout-venant utilizado em vários caminhos, daquela Freguesia, no montante de 1.227.097\$00.

A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Junta de Freguesia de Vila Cã, com um subsídio no montante de 1.227.097\$00, para o efeito.

Acta nº 19 de 98.06.16

**Junta de Freguesia da Redinha.**

Foi presente à reunião um ofício da Junta de Freguesia da Redinha, em que solicita que a Câmara isente a Associação Recreativa, Desportiva e Cultural da Charneca da Redinha, do pagamento inerente ao ramal de ligação de água à sua sede.

A Câmara deliberou, por unanimidade, remeter o processo à Divisão de Águas e Saneamento, para proceder à construção do ramal de ligação de água sem débito das respectivas despesas.

**Junta de Freguesia do Carriço.**

Foi presente à reunião um ofício da Junta de Freguesia do Carriço, em que solicita apoio com o fornecimento de materiais destinados à pintura da Capela dos Alhais, daquela Freguesia.

Junto encontra-se uma estimativa dos materiais necessários à execução da obra.

A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Junta de Freguesia do Carriço, com o fornecimento da tinta, no valor de 210.220\$00, para o efeito.

**Junta de Freguesia da Guia.**

Foi presente à reunião um ofício da Junta de Freguesia da Guia, em que solicita apoio destinado a fazer face às despesas com a aquisição e montagem de um portão no Pavilhão Gimnodesportivo da Escola C+S da Guia, no montante de 189.090\$00.

A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Junta de Freguesia da Guia, com um subsídio no valor de 189.090\$00, para o efeito.

**Junta de Freguesia de Pombal.**

A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Junta de Freguesia de Pombal, com o fornecimento de materiais, destinados à construção do fontenário e lavadouro do lugar de Guístola, da referida Freguesia, no montante de 216.766\$00, de harmonia com a estimativa apresentada pelos Serviços desta Câmara.

Acta nº 19 de 98.06.16

**Junta de Freguesia de Louriçal.**

A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Junta de Freguesia de Louriçal, com o fornecimento de materiais, destinados aos acabamentos da Capela da Moita do Boi, da referida Freguesia, no montante de 366.962\$00, de harmonia com a estimativa apresentada pelos Serviços desta Câmara.

**Apoio a Entidades.**

**Escola EB 1 2 3 de Gualdim Pais.**

Foi presente à reunião um ofício da Escola mencionada em epígrafe, em que solicita apoio destinado a fazer face às despesas com o fornecimento de refeições aos alunos que frequentam o 1º. Ciclo e respeitante ao mês de Maio, último, no montante de 167.155\$00.

A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a referida Escola com um subsídio no montante de 167.155\$00, para o efeito.

**Terceira Alteração ao Plano de Actividades para o ano de 1998.**

\_\_\_\_\_O Senhor Presidente apresentou a terceira alteração ao Plano de Actividades para o corrente ano, que consiste no seguinte:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_No reforço da rubrica (01.03)05.03.03/03.03.01 com 500 contos transferidos da rubrica (01.03)05.03.03/03.01.03;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_No reforço da rubrica (01.03)09.04.11/08.03.02 com 2.000 contos transferidos da rubrica (01.03)09.04.11/08.03.01;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_No reforço da rubrica (01.01)09.07/02.01.08.02 com 1.000 contos transferidos da rubrica (01.03)09.07/02.01.08.03;\_\_\_\_\_

Acta nº 19 de 98.06.16

\_\_\_\_\_No reforço da rubrica (01.03)09.07/02.01.08.04 com 1.000 contos transferidos da rubrica (01.03)09.07/02.02.08.02;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_No reforço da rubrica (01.03)09.07/02.01.08.04 com 500 contos transferidos da rubrica (01.03)09.07/02.02.18.03;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_No reforço da rubrica (03)09.06.01/06.02.01 com 5.000 contos transferidos da rubrica (03)09.06.01/06.02.11;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_No reforço da rubrica (07)09.04.05/02.02.17 com 7.500 contos transferidos da rubrica (07)09.04.05;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a terceira alteração ao Plano de Actividades, para o corrente ano.\_\_\_\_\_

### **Terceira Alteração ao Orçamento para o ano de 1998.\_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião terceira alteração ao orçamento para o corrente ano, organizada nos termos dos artigos 1º e 32º do Decreto-Lei nº 341/83, de 21 de Julho.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Da análise verificam-se as seguintes transferências:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Para a rubrica (01.03)01.03.02 a importância de 50 contos transferidos da rubrica (01.03)08;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Para a rubrica (05)01.02.01 a importância de 200 contos transferidos da rubrica (01.03)08;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Para a rubrica (09)01.01.03 a importância de 100 contos transferidos da rubrica (01.03)08;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Para a rubrica (09)01.01.03.01 a importância de 1.000 contos transferidos da rubrica (01.03)08;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a terceira alteração ao Orçamento da Receita e Despesa do corrente ano.\_\_\_\_\_

Acta nº 19 de 98.06.16

**Tarifário de Recolha e Tratamento de  
Resíduos Sólidos  
Urbanos.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião uma informação da Divisão de Águas e Saneamento, \_\_\_\_\_ que \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_ seguir \_\_\_\_\_ se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ "As novas tarifas, agora apresentadas, têm como fundamento o estudo dos preços de administração e exploração efectuado em Fevereiro último e aprovado em reunião de Câmara de 98/03/13.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ No prosseguimento do lançamento da tarifa de RSU, e face às inúmeras reclamações, ponderou-se a hipótese de a Câmara Municipal não fazer a cobrança da totalidade das despesas inerentes à recolha e tratamento do lixo.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ As reclamações recebidas podem tipificar-se em dois grandes grupos:\_\_\_

\_\_\_\_\_ - que a tarifa deveria ser fixa;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - que a tarifa deveria ser proporcional ao número de pessoas do agregado familiar.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Face ao referido, e a fim de corresponder aos dois aspectos, ponderou-se a hipótese de a tarifa constar de duas parcelas: uma fixa e outra indexada ao consumo de água.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A parcela fixa teria por função não onerar as famílias de menor capacidade financeira e a variável traduziria o número de pessoas do agregado familiar.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ É de referir um aspecto que consideramos fundamental e que se prende com as precauções que devemos ter na comparação que fazemos com tarifários praticados por outros municípios do Distrito de Leiria. É que a deposição dos RSU em

aterro sanitário é um facto recente e, como tal, o custo daí decorrente não foi ainda incluído nas revisões tarifárias doutros concelhos, ao contrário da Câmara Municipal de Pombal que já o considerou, tendo em conta que desde Fevereiro último o assume perante a Valorlis, S.A.

Em conformidade com o exposto apresentamos à consideração de V. Ex<sup>a</sup>. o quadro de tarifários de RSU anexo (Quadro 1), cumprindo dizer que os mesmos, a serem praticados, operam uma receita anual da ordem dos 76.241.575\$00. Em relação ao tarifário em vigor, que considerou a cobertura da totalidade dos custos de administração e exploração, ficarão por cobrar 22.998.312\$00 (99.239.887\$00 - 76.241.575\$00). Não obstante, os 76.241.575\$00 são uma receita nunca antes cobrada.

Relativamente aos tarifários de água e saneamento, aprovados em Março último, não vemos, no momento, razões para propor alterações aos mesmos.”

Acta nº 19 de 98.06.16

O Quadro 1 - Tarifários Mensais, acima referido, é o seguinte:

### **QUADRO 1 - TARIFÁRIOS MENSAIS**

TARIFÁRIO DE RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS											
DOMÉSTICO			COMÉRCIO/INDÚSTRIA			INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS			ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		
ESCALOES	FIXA	POR M3	ESCALOES	FIXA	POR M3	ESCALOES	FIXA	POR M3	ESCALOES	FIXA	POR M3
0-5	300 Esc.	0 Esc.	0-10	750 Esc.	80 Esc.	ISENTO			ÚNICO	750 Esc.	100 Esc.
6-10		30 Esc.	11-25		0 Esc.						
11-20		0 Esc.	26-50		0 Esc.						
21-30		0 Esc.	>50		0 Esc.						
>30		0 Esc.									

A Câmara deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do Senhor Presidente e dos Vereadores Senhores Dra. Maria Ofélia Moleiro, Luís Diogo Mateus e Carlos Alberto Silva e uma abstenção do Vereador Senhor Dr. Carlos José Pires Lopes, aprovar a alteração proposta pelos Serviços, de harmonia com o Quadro 1 - Tarifários Mensais, e que a mesma produza efeitos na facturação respeitante ao mês de Maio, último, inclusivé.

**Aprovação por minuta.**

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a acta por minuta, para efeitos imediatos.

\_\_\_\_\_ Não havendo nada mais a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião eram dezoito horas, da qual para constar se lavrou a presente acta, que eu \_\_\_\_\_ redigi, \_\_\_\_\_ subscrevo e \_\_\_\_\_ vai ser assinada. \_\_\_\_\_